



PRIMEIRA LINHA REESTRUTURAÇÃO DO BANCO ALEMÃO

Deutsche Bank: BCE dá aval, Bruxelas em silêncio

O plano de reestruturação do Deutsche Bank já foi aprovado pelo BCE. A Comissão Europeia argumenta que, por não implicar ajudas públicas, não tem de se pronunciar sobre este plano. Mas a instituição alemã pode vir a precisar de autorização para criar o "banco mau".

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvas@negocios.pt

O momento era antecipado há muito. A 7 de julho, um domingo, o Deutsche Bank (DB) anunciou um plano de reestruturação profundo, com um custo de 7,4 mil milhões de euros, que implica o encerramento ou redução de várias áreas de negócio e o despedimento de 18 mil pessoas. Agora, sobram incertezas quanto à aplicação deste plano e ao realismo das metas propostas. Do lado da regulação, parece não haver motivos de preocupação para o DB, que já conta com aval do Banco Central Europeu (BCE). Já na Comissão Europeia, a mensagem é a de que não há auxílios estatais e que, portanto, o plano não carece de autorização. Mas não é certo que a instituição alemã não venha a precisar do aval da concorrência europeia, no que diz respeito ao chamado "banco mau". Até lá, Bruxelas mantém-se em silêncio.

É "uma transformação radical", nas palavras do presidente-executivo do DB, que está sujeita ao escrutínio de vários supervisores, conforme explica ao Negócios Jorge Morais, da Abreu Advogados. Além do BCE, o plano tem de passar pelo Mecanismo Único de Supervisão e pelo regulador alemão, estando ainda sujeito à diretiva comunitária que estabelece as regras para a recuperação de instituições de crédito. O banco garante que teve discussões extensas com os vários reguladores, mas não é certo se falta aprovações.

Oficialmente, o BCE não fez qualquer declaração sobre o assunto e, contactado, também não comenta. Fontes ligadas ao processo

alinham apenas naquilo que é dito pelo DB: "Supervisores bancários do BCE confirmaram a sua concordância e apoio ao plano."

O momento em que foram iniciadas as negociações com os reguladores é desconhecido, nota Jorge Morais, pelo que não é possível avaliar a rapidez das decisões dos reguladores. Mas a situação financeira do banco poderá ter acelerado o processo. "Os reguladores, a supervisão e todo o sistema financeiro estão em pânico com a situação real do DB", que é "um daqueles bancos considerados grandes demais para cair", afirma o advogado Nuno da Silva Vieira. "Em dezembro, o CEO do banco afirmava que estava tudo bem e que voltariam rapidamente aos lucros. Passados seis meses, estamos perante uma reestruturação. Onde já ouvimos isto?", questiona o advogado, que representa associações de lesados do Banco Espírito Santo (BES) e do Banif.

Apesar de o CEO do banco garantir que o plano já foi aprovado pelo BCE – especificamente no que diz respeito à redução do rácio CET1, indicador que mede o peso dos melhores fundos próprios do banco, de 13,6% para 12,5% –, os analistas continuam com dúvidas quanto às aprovações necessárias. O Bank of America Merrill Lynch aponta que o plano "deixa a estratégia do banco na mão dos reguladores", enquanto o Morgan Stanley aponta que a redução do CET1 ainda deverá ter de ser aprovada pelo Mecanismo Único de Supervisão.

Bruxelas afasta-se

Resta a Comissão Europeia, em silêncio desde que o plano foi anunciado, com o argumento de que só tem de se pronunciar sobre reestruturações quando há auxílios estatais ou fusões e aquisições. Foi o que aconteceu, por exemplo, nos casos do BES e do Banif, em que se veri-



Christian Sewing, CEO do Deutsche Bank, apresentou o plano de reestruturação a 7 de julho.

ficaram ambas as situações. A diferença é que, nos casos portugueses, foram afastados planos de reestruturação e impostas medidas de resolução, tal como aconteceu com o Popular, em Espanha, ou com Banca Popolare di Vicenza e o Veneto Banca, em Itália. Importa ressaltar as diferenças nos balanços destes bancos, para além da dimensão de cada um deles. À data da resolução, o BES, por exemplo, tinha prejuízos de 3,5 mil milhões e um rácio CET1

de 5,1%, abaixo do mínimo de 7% exigido. Já o DB recuperou dos prejuízos registados nos últimos anos e teve lucros de 341 milhões em 2018, ano em que reduziu o crédito em risco e registou um rácio CET1 de 13,6%, acima do exigido.

O plano agora apresentado pelo DB prevê uma reestruturação profunda, mas não implica a utilização de dinheiros públicos nem a venda. Mas o facto de o banco em si não ser vendido não significa que não tenha

de ser sujeito ao controlo de concorrência, conforme ditam as regras de concorrência do Tratado de Lisboa. Isto porque vai criar um "banco mau" para se desfazer de ativos considerados tóxicos, avaliados em 74 mil milhões. É sobre esta questão que a Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia poderá vir a ter de se pronunciar. "Se os ativos realizarem volume de negócio, na realidade, são negócio. Tudo o que é ativo tangível de gerar volume



7,4

CUSTOS

O plano de reestruturação anunciado pelo Deutsche Bank terá um custo aproximado de 7,4 mil milhões de euros.

18

TRABALHADORES

Para além da redução ou eliminação de várias áreas de negócios, o plano prevê o despedimento de 18 mil pessoas.

Kai Pfaffenbach/Reuters



“Banco mau” fica com ativos avaliados em 74 mil milhões

O plano passa por alienar ativos que já não são estratégicos, mas os mercados estão céticos. As metas são “modestas” e é provável que haja perdas.

A “transformação radical” do Deutsche Bank implica a criação de um “banco mau”, um termo que é rejeitado pelo presidente-executivo da instituição, Christian Sewing, mas que, na prática, ilustra aquele que é o objetivo deste mecanismo: é para aqui que serão transferidos os ativos do Deutsche Bank que são considerados tóxicos, de baixo retorno e que “já não se enquadram na nova estratégia”.

O nome oficial que é dado a este “banco mau” é “Capital Release Unit” (CRU). As “holdings” e negócios que serão transferidos para esta unidade representam ativos ponderados pelo risco no valor de 74 mil milhões de euros e outros 288 mil milhões em exposição a outras entidades, o equivalente a 20% do total de exposição do Deutsche Bank. Os ativos que serão transferidos para esta unidade têm ainda 38 mil milhões de euros de crédito em risco, um montante que o banco pretende reduzir para 10 mil milhões até 2021. Já quanto aos ativos, o objetivo é vendê-los ao longo dos próximos anos, no prazo mais curto e com as menores perdas possíveis.

Em causa, de acordo com a Bloomberg, estarão, sobretudo, ativos ligados ao negócio de ações (uma área que vai ser significativamente reduzida) e a crédito malparado.

Se o plano passa por tranquilizar os investidores ao desfazer-se de ativos não estratégicos, certo é que este “banco mau” não está, para já, a motivar aplausos do mercado, desde logo porque a unidade vai ser mantida mais tempo do que o esperado. “As expectativas de uma gestão rápida do CRU foram defraudadas”, comenta a equipa de “research” do Commerzbank, em nota enviada

ao Negócios. Ao mesmo tempo, consideram os analistas do banco alemão, a redução do crédito em risco é apenas “modesta”, para além de não serem divulgadas as potenciais perdas que poderão ter de ser reconhecidas com os ativos que serão vendidos.

Por outro lado, notam os analistas consultados pela Bloomberg, numa situação destas, os compradores estão numa posição de privilégio, uma vez que sabem que o banco quer desfazer-se dos ativos o mais rapidamente possível, o que poderá levar a perdas significativas.

Seja como for, esta não é a primeira vez que o Deutsche Bank cria um “banco mau” e, no passado, já teve resultados satisfatórios. Foi em 2012 que o banco criou uma unidade semelhante à que anuncia agora. Na altura, esta unidade acabou por contribuir para acrescentar dois pontos percentuais aos rácios de capital do banco, mas não só o processo foi demorado, como o custo foi elevado: depois de vender os ativos com perdas face à sua avaliação, a unidade registou prejuízos antes de impostos de 13,7 mil milhões de euros. ■

RAFAELA BURD RELVAS

74

ATIVOS

Para o “banco mau” serão transferidos ativos no valor de 74 mil milhões de euros, que serão vendidos nos próximos anos.

TOME NOTA

Plano vai ser implementado até 2022

O plano, a implementar até 2022, visa “mudar radicalmente o modelo de negócio” do banco. Mais rentabilidade, mais retorno acionista e crescimento de longo prazo são os objetivos.

AÇÕES

O negócio de venda de ações vai ser abandonado, apesar de o banco prever manter uma pequena operação no mercado de capitais. O BNP Paribas deverá ficar com parte desta operação do Deutsche Bank, uma hipótese que ainda está sujeita a aprovação por parte dos reguladores europeus.

INVESTIMENTO

A unidade de investimento vai ser reduzida para que se torne mais estável e competitiva. Esta unidade passa, assim, a focar-se nas suas “forças tradicionais”, onde se incluem financiamento, consultoria, mercado cambial e ativos de rendimento fixo.

BANCO DE EMPRESAS

Enquanto algumas áreas de negócio serão eliminadas, outras vão surgir. Para além da banca de investimento, banca privada e unidade de gestão de ativos, o Deutsche Bank passará a contar com uma quarta divisão: um banco de empresas.

DESPEDIMENTOS

Com a redução ou eliminação de várias áreas de negócio, o plano implica despedimentos. Ao todo, serão dispensados 18 mil trabalhadores, até 2022. O banco passará a contar com 74 mil funcionários nessa altura.

POUPANÇAS

O plano vai cortar 6 mil milhões de euros em custos até 2022, ano em que se antecipam receitas de 25 mil milhões. Até lá, vai levar o Deutsche Bank a reportar contas negativas. No segundo trimestre deste ano, antecipou já o banco, deverá registar prejuízos de 2,8 mil milhões.

de negócio está sujeito às regras de controlo de concentração”, explica ao Negócios uma especialista em Direito de Concorrência.

Contactada, a Comissão Europeia volta a não fazer comentários sobre este assunto. Fonte próxima do processo explica, contudo, que o entendimento de Bruxelas é que cabe às empresas verificarem se é preciso notificar uma transação às autoridades de concorrência, nacionais ou europeias.

Um “banco mau”, considera Nuno da Silva Vieira, representante ainda uma “vantagem de mercado, uma vez que uma empresa, em condições normais, não pode simplesmente integrar o seu passivo num veículo, deixando os credores sem qualquer hipótese de resarcimento”. Seja como for, “atendendo à dimensão do banco, é bastante expectável que a Comissão aprove” as operações que vierem a ser feitas, antecipa. ■



PRIMEIRA LINHA REESTRUTURAÇÃO DO BANCO ALEMÃO

Uma década de crise, escândalos e multas

O Deutsche Bank apresenta um plano de reestruturação ao fim de uma década marcada pela crise financeira mundial e pelo pagamento de mais de 15 mil milhões de euros em multas pelo envolvimento em vários escândalos financeiros.

RAFAELA BURD RELVAS
rafaelarelvas@negocios.pt

“Entre os bancos globais de importância sistémica, o Deutsche Bank (DB) aparenta ser o maior contribuinte líquido para riscos sistémicos.” A julgar pelos mais recentes desenvolvimentos, a declaração seria um comentário ao plano de reestruturação apresentado este mês pelo Deutsche Bank. Na verdade, esta era a análise que o Fundo Monetário Internacional (FMI) fazia no relatório “Financial Sector Assessment Program” de junho de 2016. Já na altura a situação era preocupante: o maior banco alemão reportava prejuízos de 6,8 mil milhões de euros e era alvo de multas milionárias pelo envolvimento na manipulação da Libor. Passados três anos, a instituição apresenta, finalmente, um plano de reestruturação profundo, mas que poderá ter metas demasiado “otimistas” e que arrisca não ser “suficiente para salvar o banco”. Como chegámos aqui?

2008 marca o primeiro ano da história recente em que os alarmes começam a soar no DB, mas é preciso recuar até à década de 1990 para compreender este percurso ruinoso. Foi nesse período que o DB deu início a uma estratégia de expansão global, que teve o pontapé de saída com a aquisição do banco britânico Morgan Grenfell. A ambição era tornar-se uma espécie de Goldman Sachs europeu e fazer frente aos gigantes de Wall Street. Já no final da década, entrou no mercado norte-americano, com a compra do Bankers Trust.

É com a entrada nos Estados Unidos que o Deutsche Bank se torna um dos líderes na venda de cré-



Simon Dawson/REUTERS

Na última década, o Deutsche Bank já pagou mais de 15 mil milhões de euros em multas pelo envolvimento em vários escândalos financeiros.

ditos hipotecários de alto risco – os chamados “subprime”, que levaram à crise financeira de 2008, quando, com a desvalorização do imobiliário, os bancos se viram incapazes de reembolsar os investidores que apostaram naqueles produtos. Foi nesse ano que o banco alemão reportou prejuízos de 3,9 mil milhões de euros, os primeiros em 50 anos.

O DB recuperou os resultados e só voltou a ter prejuízos em 2015, mas, a partir daqui, a história do banco tem sido marcada por escândalos que ferem a reputação e penalizam o desempenho em bolsa, para além de já terem custado mais de 15

mil milhões de euros em multas na última década.

A lista é extensa, mas, à cabeça, estará o caso das taxas Libor. Juntamente com outras instituições, o banco declarou-se culpado de ter manipulado as taxas de juro que servem de referência para os contratos de crédito, no período de 2003 a 2007. As multas, aplicadas pelos reguladores britânicos e norte-americanos, ascenderam a 2,5 mil milhões de dólares entre 2015 e 2018.

Ainda o pó do escândalo Libor não tinha assentado e o DB via-se envolvido noutra. Desta vez, foi considerado culpado de ter violado as

sanções dos EUA a vários países do Médio Oriente, permitindo a prática de “métodos pouco transparentes”. Já em 2017, nova multa aplicada pelos reguladores do Reino Unido e dos EUA: mais de 550 milhões de euros por ter falhado no controlo de lavagem de dinheiro proveniente da Rússia.

O plano de reestruturação é finalmente apresentado, depois de mais um falhanço do banco: a tentativa de fusão com o também alemão Commerzbank. E nem na semana em que apresentou o plano ficou livre de novo escândalo: segundo avançou o Wall Street Journal, o

Departamento de Justiça dos EUA estará a investigar o envolvimento do DB no fundo de investimento da Malásia 1MDB, estando em causa suspeitas de violação das regras relativas à corrupção e ao branqueamento de capitais.

Isto sem contar com uma década de quebra de receitas, aumento de custos e agravamento dos créditos em risco. Entre 2007 e 2018, as receitas do DB caíram perto de 18%, enquanto os custos aumentaram quase 10%. Já os créditos de cobrança duvidosa totalizam hoje mais 60% do que há dez anos.

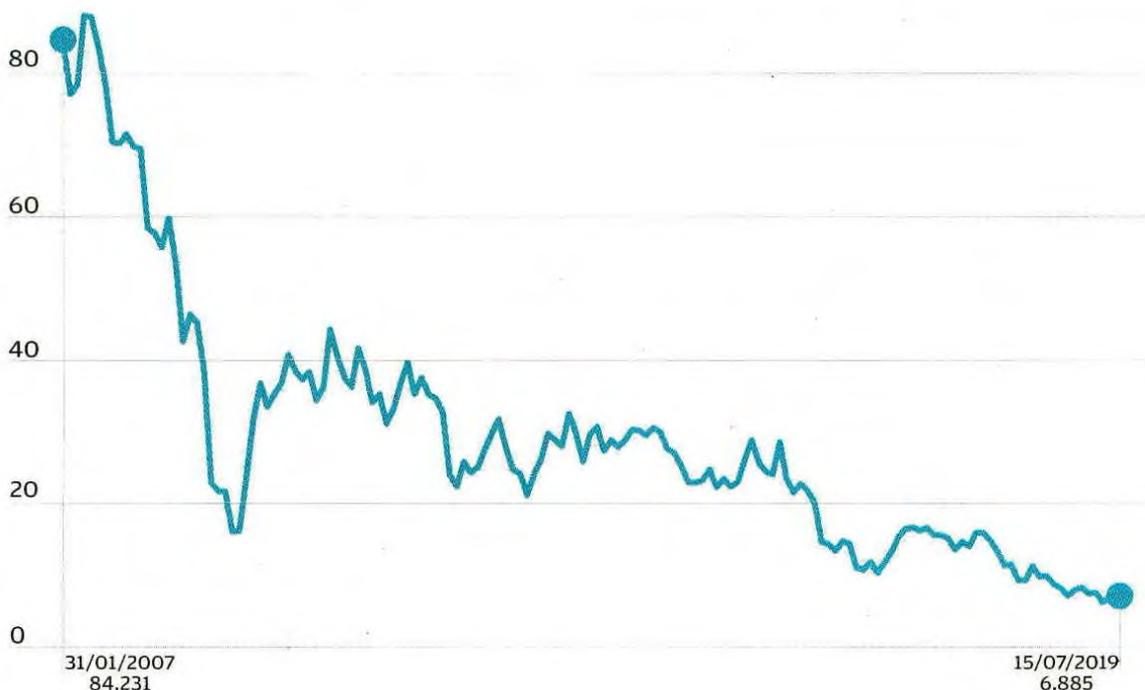
Num cenário destes, o plano

DEUTSCHE BANK VALE 14 MIL MILHÕES EM BOLSA

Valores da cotação em euros

Desde 2007, ano em que atingiram o valor mais alto, que as ações do Deutsche Bank caem a pique. Hoje, o maior banco alemão vale 14,2 mil milhões de euros em bolsa, o equivalente a pouco mais de três vezes o valor do BCP, o único banco português ainda cotado em bolsa, que tem atualmente uma capitalização bolsista de 4,3 mil milhões. Os títulos da instituição alemã seguem, de resto, a tendência do setor financeiro europeu. Desde 2007, o índice acionista que reúne os maiores bancos europeus já desvalorizou mais de 70%.

100



Fonte: Bloomberg



Este processo tem diversos riscos associados para que possamos afirmar que o banco estará a ter resultados positivos já daqui a três anos, como é ambicionado.

DAVID SILVA
Analista de mercados da Infinox

Entre os bancos globais de importância sistémica, o Deutsche Bank (DB) aparenta ser o maior contribuinte líquido para riscos sistémicos.

FMI
Financial Sector Assessment
Program



que foi apresentado chega a tempo – e é suficiente – para salvar o banco? Não é certo. “Depois dos sucessivos anos de prejuízo e das variadas injeções de capital de que o banco foi alvo nos últimos anos, não podemos afirmar que esta reestruturação será, garantidamente, suficiente para salvar o banco”, comenta David Silva, analista de mercados da Infinox. “Este processo tem diversos riscos associados para que possamos afirmar que o banco estará a ter resultados positivos já daqui a três anos, como é ambicionado, tendo em conta todos os custos e investimentos associados”, acrescenta. ■

Ações perderam mais de 90% do valor desde o pico de 2007

Os últimos dias de negociação em bolsa têm até sido de recuperação para o Deutsche Bank, mas o cenário está longe de ser animador. Desde o pico atingido em meados de 2007, as ações do banco alemão já perderam mais de 90% do valor, um movimento que deverá manter-se nos próximos anos, enquanto o plano de reestruturação estiver a ser implementado, e que poderá ter algum impacto no desempenho dos pares europeus.

As ações do Deutsche Bank fecharam a cotar nos 6,88 euros na segunda-feira. Foi a quarta sessão consecutiva de valorizações, mas este é um valor que representa apenas uma fração daquilo que

os títulos da instituição já valeram: em junho de 2007, cotavam nos 83,742 euros.

Este é, contudo, um movimento que pode ser considerado natural para um banco depois de uma crise como a última pela qual o sistema passou. “Depois do que aconteceu em 2008 com a queda do Lehman Brothers, é natural que haja uma preocupação generalizada com o sistema financeiro europeu e que os investidores prefiram outro tipo de empresas neste momento”, refere ao Negócios David Silva, analista de mercados da Infinox.

A curto prazo, os efeitos do plano de reestruturação deverão

ser positivos, já que, como sublinham os analistas do RBC Capital Markets, as medidas anunciadas são “mais radicais do que o esperado”. Contudo, pelo menos até 2022, data em que o plano estará concluído, pode esperar-se que a desvalorização se mantenha.

“O banco deverá registar novamente prejuízos no final do ano de 2019 e não pagará dividendos aos seus acionistas nos próximos dois anos, pelo que as ações deverão desvalorizar nos próximos tempos, uma vez que há um receio generalizado por parte dos investidores face ao resultado de todo este processo”, nota David Silva. O mesmo antecipam os analistas

do Barclays, que apontam que os investidores estarão atentos à trajetória dos níveis de capitais, bem como à redução de custos.

Já quanto à eficácia do plano, os analistas são mais críticos e, enquanto uns veem medidas demasiado “radicais”, outros consideram algumas das metas são otimistas. É o caso do Citi, que duvida da capacidade do Deutsche Bank para financiar o plano. “Os custos de 7,4 mil milhões são mais pesados do que o antecipado. A gestão pretende financiar isto com fundos existentes, pelo que não haverá aumento de capital. Isto pode provar-se otimista.” ■

RAFAELA BURD RELVAS

negócios

negócios.pt

Terça-feira, 16 de julho de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4035 | € 2,50
Diretor André Veríssimo | Diretor adjunto Celso Filipe

Autoeuropa garante em 6 meses segundo melhor ano de sempre

Fábrica de Palmela fechou o mês de junho com 140 mil veículos produzidos, mais 20,9% do que no primeiro semestre de 2018. EMPRESAS 17

Construção Mota-Engil na corrida às PPP da Saúde na Colômbia

EMPRESAS 16

WILLIAM DE VIJLDER
ECONOMISTA-CHEFE
DO BNP PARIBAS

“O que Portugal fez e onde está pode servir de inspiração para a Zona Euro”



Uma política monetária mais expansionista não chega para combater a incerteza.

ECONOMIA 10 e 11

Publicidade

Deutsche Bank

BCE já deu aval à reestruturação do Deutsche Bank. Bruxelas nada diz

Uma década de crise, escândalos e multas

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



Simon Dawson/Reuters

LEI DAS BEATAS

Regras para o comércio ainda estão por decidir

ECONOMIA 8 e 9

Relatório da CGD acusa Banco de Portugal e Governo de falta de ação

Documento tece duras críticas a várias gestões da Caixa.

EMPRESAS 14 e 15, EDITORIAL

Calçado

Novo Banco recebe 35% dos créditos da Eureka só em 2031

HOMEPAGE 2

Dívida

Emissão de OTRV em 2019 é um cenário em aberto

MERCADOS 18 e 19



edp

LET'S GO

Para os que saem de casa e fazem história

edp.com

Instagram, YouTube, Facebook icons